



Campos sociais na cobertura de desastres: uma análise da revista Istoé na tragédia da região serrana do Rio de Janeiro ¹

Ananda Delevati²
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar como acontecem as relações entre o campo midiático, o campo científico e o campo político em desastres naturais. Para isso, será feita uma revisão bibliográfica sobre campos e sobre as relações entre os diferentes campos presentes na sociedade. Após, será analisada uma reportagem da revista Istoé, publicada no dia 19 de janeiro de 2011, que tem como tema o desastre ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro, o pior já enfrentado pelo Brasil. O objetivo é entender como acontece o cruzamento entre o campo midiático, político e o científico na reportagem da revista.

Palavras-chave

Cobertura de desastres; campos sociais; comunicação de risco;

1 Introdução

Os desastres naturais têm afetado pessoas em diferentes partes do mundo, sendo um dos grandes problemas globais com o qual a humanidade se depara na modernidade. Embora, tenham causas naturais, eles também são potencializados pela ação humana, principalmente por meio de sua intervenção na natureza. Além disso, embora muitos deles ainda sejam imprevisíveis, muitos outros podem ser previstos ou pelo menos amenizados com pesquisas científicas na área e políticas públicas.

Sendo assim, os desastres naturais se inserem em diversos campos, entre eles no campo midiático. Eles se impõem como um desafio às práticas jornalísticas, pois quebram as rotinas produtivas. Muitas vezes, por não saber como lidar com o tema, a mídia dá ênfase aos testemunhos e acaba fazendo uma cobertura sensacionalista, que privilegia o apelo emocional e não analisa os fatos em profundidade.

Além disso, é constante também a mídia recorrer aos especialistas para legitimar conhecimentos e explicar o que até pouco tempo atrás parecia ser visto como um

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Bacharel em comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) e Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)



“castigo” aos seres humanos. São os cientistas que tem o conhecimento legitimado para analisar o assunto e tentar explicar o que parece inexplicável.

Como os desastres têm se repetido, a mídia busca cada vez responder aos questionamentos da população, que não entende porque nada tem sido feito para resolver o problema. Assim, a busca por políticos também se torna comum nas reportagens. São eles que precisam explicar porque novamente tantas pessoas foram vítimas de desastres.

Nesse artigo, pretendemos entender como acontece esse cruzamento entre os campos midiático, científico e político em um episódio de desastre. Para isso, procuramos primeiramente explicar o conceito de campo, por meio das idéias de Rodrigues. Buscamos também mostrar como acontece a legitimação e reconhecimento social dos campos, por meio das análises de Bourdieu e Miranda. Após, tentaremos entender como o cruzamento de campos acontece na prática. Para isso, analisamos uma reportagem da revista Istoé, publicada no dia 19 de janeiro de 2011, que tem como tema o desastre natural ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro.

Vamos começar o trabalho esclarecendo o conceito de campo.

2 Os campos sociais

Os campos sociais são novas formas de organização na estrutura da sociedade, divisões que dizem respeito, segundo Rodrigues (1999), a instituições dotadas de legitimidade e reconhecidas pela sociedade por ela. Essa legitimidade permite que os campos possam enunciar regras que devem ser observadas pelo resto da sociedade e também “intervir com eficácia no domínio da experiência sobre o qual detém competência” (RODRIGUES, 1999, pág.21).

O autor explica a emergência dos campos sociais pela mudança histórica, ou seja, no passado se acreditava em algo pela apreensão sensorial do mundo, enquanto que, atualmente, são as regularidades da legitimidade das experiências que garantem a indagação crítica.

Ao autonomizar a experiência subjetiva em relação à experiência do outro e ao constituir-se, deste modo, a esfera da experiência intersubjetiva, a modernidade desencadeia um processo de progressiva autonomização dos diferentes campos sociais, correspondendo cada um a um dos domínios autônomos da experiência intersubjetiva (RODRIGUES, 1999, p.16).



Embora, o autor explique e entenda que nem todos os campos serão conduzidos pela indagação crítica e metódica, como o afetivo, muitos outros domínios serão compreendidos racionalmente. Isso demonstra uma nova maneira de saber, a sociedade moderna busca entender e enquadrar os fenômenos, assim, o especialista substitui o sábio (RODRIGUES,1999).

O autor acredita que a legitimidade simbólica e pragmática de um campo se dá não pela transmissão de sabedoria, mas pela aquisição de disciplina, como um hábito adquirido que aqueles que compõem o campo possuem, habilitando-os ao exercício de uma profissão, ou de gestos e atitudes que sejam adequados a intervenção em determinado domínio da experiência (RODRIGUES,1999).

O autor não utiliza campo no sentido físico, mas como energético. Por isso, há sempre uma tensão ou confronto entre os diversos campos autônomos. Cada um tem sua própria legitimidade para tratar de alguma área específica. É por meio da simbólica que eles asseguram visibilidade pública (RODRIGUES, 1999). Assim, os campos possuem além de, um regimento interno, competência e influência para agir sobre os outros campos.

Falando especificamente do campo midiático, Rodrigues (1999) argumenta que é ele que assegura a mediação entre os outros diferentes campos sociais, isso determina a natureza informal da sua simbólica:

O campo dos media é a instituição que possui competência legítima para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer a hierarquia de valores, assim como o conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, no campo específico da mediação entre os diferentes domínios da experiência sobre os quais superintendem, como vimos, na modernidade, os diferentes campos sociais (RODRIGUES,1999,p. 26).

No campo midiático, a função discursiva é mais importante que a pragmática. Já outros campos que tem como função mais importante a prática, interagem com a mídia por meio de discursos. É o caso dos campos científico e político no caso de desastres naturais. No próximo item pretendemos analisar como acontece a relação entre os campos.

3 Legitimação e reconhecimento social: o diálogo entre os campos

Luciano Mirando em seu texto “Pierre Bourdieu e o Campo da comunicação – Por uma Teoria da Comunicação praxiológica” relaciona a comunicação com a política,



pois segundo ele os produtos desses dois campos especializados às vezes se confundem, e compartilham os mesmos bens, como a opinião. Ainda segundo ele, a história social da arte e da ciência pode ser apresentada como a história das transformações dos campos de produção de bens simbólicos. O autor se baseia em dois livros de Pierre Bourdieu para fazer a análise : “ A distinção” e “A economia das trocas lingüísticas”. Embora, Bourdieu fale mais do campo das artes, e de como o acesso a ele tanto do produtor ou consumidor de bens culturais acontece, as suas reflexões podem ser levadas também para outros campos, como o cultural e o científico.

Quando se fala de campo, é impossível não falar também de poder e legitimidade. O autor explica que os distintos campos estão localizados no interior de um “campo de poder” (MIRANDA,2005).O que traz internamente a um campo legitimidade é a profissionalização de quem o constitui, isso leva também à consolidação do campo.

A gênese e a estruturação do campo de produção de bens simbólicos, ou campo cultural, portanto, decorre, de uma série de desenvolvimentos : amplificação, diversificação – ou mesmo formação – de um público de consumidores de bens simbólicos, mantenedores dos produtores; os princípios internos de legitimação constituídos pelos produtores desses bens e sua profissionalização levam à consolidação do campo e a determinação das condições ao seu acesso, bem como a de suas normas e imperativos técnicos, ao quais também incidem as instâncias de consagração em competição pela legitimidade cultural (MIRANDA, 2005, p. 80)

Além do reconhecimento externo do campo científico, dentro do próprio campo há dinâmicas que regulam a sua legitimidade. Neste campo em específico, principalmente dentro da questão ambiental e catástrofes naturais, há lutas internas, de cientistas que tem ideias diferentes. Mesmo assim, pelas suas titulações ou legitimidade adquirida alguns são mais procurados pela mídia para representar a comunidade científica como um todo. Essa busca por uma legitimidade faz com que os participantes do campo entrem uma disputa.

A busca pela legitimidade faz com que os participantes do campo travem uma competição permanente ao estabelecimento de distinções culturalmente pertinentes a suas práticas: estilos, performances, técnicas, temas, cujas marcas de distribuição próprias, uma vez reconhecidas pelo campo atribuem valor às obras (MIRANDA,2005, p. 84).



É dentro dessa distinção cultural, oriunda do próprio campo, que surge o valor da “obra” e também do produtor. Segundo Miranda (2008) há os porta-vozes da ideia legítima, que têm autoridade para abandonar a especificidade do seu campo e podem incidir também sobre os demais campos.

Dentro do campo científico, essas obras podem ser os livros ou artigos publicados por determinado pesquisador que estará habilitado para falar sobre o assunto. No campo político, pelo seu poder simbólico perante a sociedade, os políticos podem acabar sendo autorizados a falar de assuntos que naturalmente não seriam de sua especialidade, como os desastres naturais. Porém, como esse tema, entre outros, também se impõem como uma questão social, é dever deles dar respostas que passem segurança à população.

Miranda lembra que na ciência há uma busca pela neutralidade idealista, tentando ocultar uma política que se encontra na formação do discurso científico, assim como, no jornalismo também há um mito da objetividade e imparcialidade dos textos.

Embora, exista essa importância das avaliações internas da legitimidade do campo, há também as avaliações externas. Bourdieu (2007), vê na gênese dessas lutas por reconhecimento social a luta de classes.

Mas o lugar por excelência das lutas simbólicas é a própria classe dominante: as lutas pelas definições da cultura legítima que opõem os intelectuais e os artistas não passam de um aspecto das incessantes lutas em que as diferentes frações de classe dominante enfrentam-se pela imposição da definição dos pretextos e de armas legítimas – capital econômico, capital escolar ou capital social-, outros tantos poderes sociais, cuja eficácia específica pode ser reduplicada pela eficácia propriamente simbólica, ou seja, pela autoridade que dá o fato de ser reconhecido, mandatado, pela crença coletiva (BOURDIEU, p. 237, 2007).

Ainda segundo o autor, as lutas de tudo que no mundo se refere à crença, crédito ou descrédito, percepção ou apreciação, conhecimento e reconhecimento, ou ainda, nome, reputação, glória, honra, prestígio e autoridade, ou seja, tudo que torna poder simbólico em poder reconhecido, estão ligadas a lógica da distinção, ou seja, daqueles que têm ou pretendem ter mais autoridade e reconhecimento público para falar de determinado assunto. Bourdieu (2005), também mostra como o acesso aos diplomas acaba “vulgarizando” os campos, quando eles são tornados mais acessíveis. Por isso, os atores sociais dos campos vão buscar cada vez mais uma especialização:

reconhecimento da distinção que se afirma do esforço para se apropriar dela, nem que fosse sob a aparência ilusória do blefe ou do símile, e para se distanciar em relação aos que estão desprovidos dela, a pretensão inspira a aquisição, por si banalizante, das propriedades até então mais distintivas, além de contribuir, por conseguinte, para apoiar continuamente a tensão do mercado de bens simbólicos, obrigando os detentores das propriedades distintivas, ameaçadas de divulgação e vulgarização, a procurar indefinidamente a afirmação de sua raridade nas novas propriedades (BOURDIEU, p. 235, 2007).

Em nota de rodapé, o autor explica que essa análise tem o mérito de mostrar que ao privilegiar indivíduos dominantes ou entidades coletivas personalizadas, a escola não dá atenção aos interesses sociais ou ao conflito entre classes antagônicas e também promove um julgamento moral. Podemos, levar essa ideia para a análise da mídia. Ao colocar a responsabilidade sobre a fala dos cientistas ou dos políticos, ela talvez deixe de explorar problemas sociais mais amplos. É o que tentaremos analisar agora no estudo da edição da revista Istoé n. 2149, do dia 19 de janeiro de 2011, logo após os deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro, a maior catástrofe da história do país.

4 A Cobertura da revista Istoé da tragédia da região serrana do Rio de Janeiro

4.1 A Istoé

A revista Istoé é uma revista brasileira de edição semanal, publicada pela editora Três. A própria se identifica como uma publicação “independente”.

4.2 Edição do dia 19 de janeiro de 2011

Pela capa da Istoé (Figura 1) , do dia 19 de janeiro de 2011, já podemos notar elementos que explicitam o posicionamento e a maneira de cobrir o tema da revista. A capa inteira é dedicada à catástrofe, mesmo que por ser uma revista semanal, o tema já tenha sido amplamente coberto por outras mídias.

Figura 1 :



EDIÇÃO 2149

Do lado esquerdo da capa a revista traz outras três capas sobre desastres naturais, uma de dezembro de 2008 sobre as tempestades no Vale do Itajaí (SC) que destruíram 14 cidades e fizeram 133 vítimas fatais. A capa da revista diz “*Perdi família, casa e emprego*”. A outra capa também é de dezembro daquele ano e destaca “*O clima já mudou, você também vai ter de mudar de casa?*”. A terceira revista é de janeiro de 2010, quando as chuvas deixaram 138 mortos em três estados e a capa explora o tema com a seguinte chamada : “*Como salvá-los?*”.

Pela diferença dessa capa com as outras, já podemos evidenciar o posicionamento que virá na reportagem. Enquanto as outras exploravam mais o tema, essa parece ter uma indagação e responsabilização aos governos pelas tragédias. A manchete de chamada é : “ *Muito discurso, pouca ação e mais tragédias*”.

Só por esta análise, já conseguimos notar que a postura da mídia tem mudado com o tempo, pela repetição das catástrofes vemos que ela busca a responsabilidade pelas mortes em mais uma “tragédia ambiental”. A chamada diz “*O mesmo drama na região Serrana do Rio. Desta vez, a maior catástrofe da história no país*”.

Internamente na edição a reportagem se divide em várias partes que levam o mesmo chapéu “*Brasil especial*” (Figura 3). Assim, vamos analisá-las individualmente. Os títulos são : “ *A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços*”, “ *O caos*



Paulista”, “ *A tecnologia não Detem a chuva, mas pode evitar mortes*” e “ *Defesa de longo prazo*”.

Figura 2:



4.3 “*A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços*”

A reportagem “*A mesma cena, E cada vez mais dor sob os destroços*” (Figura 3) é a primeira que tem como identificação o chapéu “*Brasil. Especial*” e será a primeira a ser analisada. A reportagem tem 12 páginas. As duas primeiras têm o título grande e uma imagem que ocupa as duas páginas, onde é possível ver o rosto de um menino em baixo dos destroços. O rosto do menino sugere sofrimento, o que se relaciona com a palavra “*dor*” do título. A legenda é explicativa, mas dá sentidos ao acontecimento ao tratá-lo como tragédia: “*Tragédia. Barro e detritos cobrem vítimas em Teresópolis*”. A palavra “*vítimas*” também é expressiva.

Figura

3:

■ EDIÇÃO 2149 | 19.JAN.2011

DESTAQUE



A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços - Parte 1

por Francisco Alves Filho, de Nova Friburgo; Wilson Aquino, de Teresópolis; e Rafael Teixeira do RJ

A chuva era prevista. Mas não houve prevenção, fiscalização nas ocupações das encostas nem planos de contingência. O resultado de tanto descaso foi a maior catástrofe da história do Brasil

As próximas duas páginas mostram outros desastres relacionados com temporais no Brasil. Como as tempestades em Santa Catarina e em Angra dos Reis. Um subtítulo mostra que segundo a ONU a tragédia da região serrana do Rio de Janeiro é uma das dez piores do mundo, também traz o número de vítimas até o fechamento da edição : 536.

Na quinta e sexta página começa realmente o texto da matéria. Já no início fica claro que o viés da reportagem é a responsabilização pelo descaso das autoridades : “ *A chuva, era prevista. Mas não houve prevenção, fiscalização nas ocupações das encostas*



nem planos de contigência. O resultado de tanto descaso foi a maior catástrofe da história do Brasil”.

Depois de descrever como aconteceu o desastre, a revista coloca que apesar de ter acontecido rápido, a sua “*gênese*” foi “*lenta e gradual*”. Afinal de contas, as características geológicas e climáticas da região são instáveis e segundo a revista “*a região serrana do Rio de Janeiro está acostumada a recolher corpos sob a terra úmida*”. Para legitimar a fala da revista, logo um especialista surge no texto : “*Não há desculpas para colocar a culpa nas chuvas, o Brasil não é Bangladesh*”, diz a diretora do Centro para a Pesquisa de Epistemologias da ONU, Debarati Guha-Sapir. No mesmo dia em que a Organização das Nações Unidas colocava o acidente fluminense como o décimo mais letal entre os deslizamentos de terra da história”. A revista ainda se utiliza de maneira bem pessoal da especialista começando o parágrafo que segue a esse com a seguinte frase “*Debarati tem razão*”.

A reportagem traz dados de chuvas em outros locais do mundo para mostrar que o problema não é a chuva em si, mas a estrutura brasileira. Dessa vez, quem é chamado para confirmar a fala da revista é o cientista político Luiz Weneck Viana, com as seguintes frases: “*Estamos falando de décadas de administração omissa. Faltou às prefeituras fiscalizar as zonas em que as ocupações irregulares aconteceram, faltou aos estados desenvolver plano para essas regiões, faltou ao governo federal priorizar a questão do planejamento urbano e da habitação*”. As fotos que ilustram essas páginas são de bombeiros e da população do local fazendo os resgates. Há também o *case*³ de um morador que participou dos resgates.

Nas páginas 7 e 8 da matéria, há mais um case de outra moradora que sobreviveu. Há também outro especialista, o coordenador do Mestrado em Meio Ambiente da Universidade Veiga de Almeida, David Zee, na mesma linha de opinião dos anteriores: “*Os governantes têm uma visão míope que só vale pelos quatro anos de mandato. Estado, município e federação tem obrigação de trabalhar de forma integrada, mas todas essas esferas têm sido historicamente omissas*”. A revista mais uma vez abre o parágrafo seguinte concordando com a fala do especialista “*Como foram, mais uma vez, neste início de ano*”.

A imagem na página é de um gráfico. Ele mostra a região e sua estrutura física, explicando como ocorreu o desastre. Além disso, também utiliza uma linha cronológica



de desastre, só que dessa vez ela é mais aprofundada, começado em 1966 e indo até o ano de 2010.

Nas páginas 9 e 10 a matéria começa a dialogar com as fontes da comunidade científica. O texto explica que no dia do deslizamento, o radar de chuvas da cidade do Rio de Janeiro já emitia dados mostrando que uma chuva de grande intensidade se aproximava da região. Além disso, explica que por razões que ainda não estão claras, ou por não haver técnicos disponíveis ou capacitados para analisar esses dados ou disparar o alerta, os órgãos competentes não foram avisados.

Surge então, mas uma organização de especialistas o Inpe⁴, que informou à Defesa Civil do Estado que haveria um grande temporal. Porém, os agentes da Defesa Civil de Teresópolis disseram não ter recebido nada. O texto volta então, mais uma vez, a responsabilizar as autoridades públicas: *“E as autoridades pareciam se orgulhar ao informar que a Marinha havia emprestado dois helicópteros, que o Bope, especializado no combate armado contra traficantes, havia liberado ônibus ou que o Exército enviara caminhões frigoríficos para dar conta do extraordinário número de corpos que eram recolhidos”*.

Na página oito, surge uma política falando sobre o caso, Andréa Gouveia Vieira (PSDB-RJ), a inserção dela se justifica pelo fato de o sítio de seu Marido ter sido invadido por água e as oito pessoas que moravam nele faleceram: *“É preciso criar os agentes comunitários, as brigadas locais, em casa distrito, em cada município. São essas pessoas que dão as diretrizes em situações como essa e mostram o que fazer até a chegada do socorro oficial”*. A fala dela continua em seguida: *“A casa existia há mais de 70 anos. Nunca aconteceu algo dessa magnitude lá. O rio subiu em velocidade enorme, foi um volume de água impossível de ser contido. Havia 18 pessoas na casa, 14 morreram”*, argumentou. A própria revista justifica a fala da vereadora, falando que embora ela seja política *“seu discurso é o mesmo de qualquer cidadão comum”*.

A revista também busca a questão ambiental para explicar o desastre, utilizando a fala de Luís Eduardo Peixoto, presidente do comitê de ações emergências de Petrópolis: *“Gerações foram criadas sem que houvesse uma preocupação ambiental. Houve uma ocupação desordenada com a construção de residências em encostas”*. Apenas, esse pequeno trecho da reportagem trata da questão ambiental da região.

⁴ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Mais uma vez, uma fonte científica é chamada, dessa vez para tratar do tema da ocupação desequilibrada devido ao aumento da população. Porém, não há fala e nem explicitação do cargo de Waleska Marcy Rosa, apenas o texto cita que ela é pesquisadora e que em 2007 fez um estudo comparativo entre os municípios de Teresópolis e Petrópolis, concluindo que a ocupação das duas áreas cresceu demasiadamente a partir da década de 1960 e que a política foi fraca para impedir as ocupações. Também diz que pelo contrário, muitas vezes a política até regulamentou-as. Nesse momento entra a autoridade política do governador Sérgio Cabral: “*È a desgraça do populismo, a permissividade de deixar a ocupação de áreas de uma maneira irresponsável, como se eles (políticos) fossem aliados dos mais pobres*”.

Mais uma vez a revista coloca sua posição no texto “*comenta Sérgio Cabral, obviamente excluindo-se da culpa que aponta nos outros governantes*”. Em seguida, corrobora a sua opinião na voz de outro especialista: Ignácio Cano, cientista político da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A fala dele dá ênfase para a importância da política regular as ocupações em área de risco e remover quem ocupa os locais.

Em seguida, Dilma Rousseff aparece para confirmar a opinião do especialista “*Ocupação irregular no Brasil não é exceção, é regra*”. O restante da matéria é dedicado a fontes testemunhais e o secretário de uma ONG falando sobre os investimentos públicos.

Na página 9 as imagens são fotos de resgates e de mais um case de morador. Enquanto que, na página 10, a imagem é da destruição e da Presidente Dilma Rousseff e o governador Sérgio Cabral visitando Nova Friburgo. Apesar de, toda crítica aos políticos, a legenda da foto diz “*Apoio- A presidente Dilma Rousseff e o governador Sérgio Cabral visitam Novo Friburgo*”. Na páginas 11 e 12 as fotos são do cemitério de Petrópolis e das pessoas que sobreviveram e buscam por parentes. Além disso, há o case de um bebê que sobreviveu.

Pela a análise da matéria podemos notar que os jornalistas utilizam um tom muito particular nesta cobertura. Diversas vezes, a revista explicita a sua opinião e fica longe do ideal utópico do jornalismo imparcial e objetivo, utilizando a fala do campo científico para corroborar e legitimar sua opinião. Ao mesmo tempo em que, utiliza o discurso político, a revista se contrapõem a ele, responsabilizando os políticos pela tragédia. Assim, tira a credibilidade desse campo e é até irônica com a fala dos políticos como no caso do governador Sérgio Cabral. Porém, a fala do campo científico é sempre utilizada para dar credibilidade à revista.



4.2 “O caos Paulista”

Na matéria seguinte “O caos paulista” a questão das chuvas agora é abordada na perspectiva da cidade de São Paulo. Embora, sejam utilizados dados da defesa civil, as fontes utilizadas são mais uma vez políticas: o prefeito, Gilberto Kassab, e o Governador, Geraldo Alckmim. Também é chamado um arquiteto e urbanista da Universidade de São Paulo. Assim, podemos observar que mais uma vez o viés político é privilegiado pela revista.

4.3 “A tecnologia não detém a chuva, mas pode evitar mortes”

Na matéria “A tecnologia não detém a chuva, mas pode evitar mortes” a revista mostra que um novo supercomputador de 50 milhões começou a funcionar a duas semanas no Inpe, mas que ainda não há uma rede interligada e monitoramento 24h para a questão climática e geológica do país. A fala especializada coloca que seria preciso mais monitoramento e que a população fosse treinada para agir em caso de desastres. A matéria acaba com um questionamento de Luiz Augusto Toledo, coordenador do CPTEC⁵ do Inpe : “ *Isso já acontece em países que são constantemente atingidos por terremotos, como o Chile o Japão. Por que não no Brasil?*”.

Podemos ver duas coisas nesta matéria. Primeiramente, que a revista tem uma grande preocupação de buscar “quem entende do assunto” para dar um panorama de sua situação atual e aprofundá-lo. Assim, além de só mostrar a tragédia que aconteceu, mostra algumas perspectivas sobre o futuro do problema no país. Em segundo lugar, podemos notar que a contestação da responsabilidade das autoridades e o discurso crítico presente na primeira matéria acabam passando para um discurso mais de minimização dos danos nesta.

Considerações Finais

Pela análise da reportagem da Revista Istoé sobre a catástrofe natural na região Serrana do Rio de Janeiro, podemos notar que a revista tem uma cobertura com bastante apelo emocional, pelas palavras e imagens fortes que usa. Além disso, tem uma grande preocupação política utilizando no seu discurso diversas vezes a responsabilização das autoridades. Isso, como já falamos, pode ser reflexo do fato de a situação não ser uma novidade, pois os desastres naturais cada vez mais são correntes no noticiário, sempre

⁵ Centro de Previsão do Tempo e Estudo Climáticos



com consequências graves principalmente para as populações pobres. Vemos assim um grande cruzamento entre o campo midiático e o político.

Esse é um aspecto interessante de problematizar na cobertura, pois este foi mais um desastre em que quem mais sofreu foram as populações das classes mais baixas, que não possuem condições de adquirirem casas em locais seguros. Provavelmente, também terão uma grande dificuldade futura para reconstruir a vida. O descaso das autoridades com as classes mais baixas é um problema estrutura do país que não acontece só em casos de desastres naturais. São elas que na maioria das vezes “pagam o preço” do descaso das autoridades.

Esse é um questionamento que não está presente na mídia, não há uma cobertura que seja constante sobre o assunto, ela acaba sempre ocorrendo depois dos desastres, sendo assim uma cobertura mais catastrófica e com apelo emocional do que uma cobertura que traga uma verdadeira conscientização. O assunto, logo acaba sendo esquecida pela população. Como nos lembra Victor (2009) uma cobertura de apelo emocional é passageira e pode ser midiaticamente mensurada. Além disso, acaba provocando a imobilização da sociedade, que perde as esperanças acreditando que não vale à pena lutar.

Outro ponto a ser ressaltado é a posição clara da revista pelas fontes científicas para concordar com o seu posicionamento e também dar credibilidade a ele. Uma verdadeira busca por legitimação. Institutos conhecidos e legitimados como a ONU e o INPE fazem parte desse processo. Os dados também são utilizados nesse sentido. A revista também busca ter um discurso de impacto utilizando as frases mais “fortes” das fontes. As imagens e as fontes testemunhas também compõem essa estratégia.

Apesar, das catástrofes naturais estarem inseridas dentro de um uma problemática ambiental mais ampla, a matéria dedica pouco mais de um parágrafo para falar sobre isso. Notamos assim, uma matéria de cunho mais alarmista e que apela para aspectos emocionais do que uma matéria que aprofunde e realmente contextualize a situação. A intersecção dos campos, como já foi colocado, serve para reforçar essa estratégia e corroborar o pensamento da revista.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A distinção : crítica do julgamento Social**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

ISTOÉ. **Muito discurso, pouca ação e mais tragédias**. Ano 35, n. 2149. Editora Três Ltda. 19 de Janeiro, 2011.



MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação. Por uma teoria da comunicação praxiológica.** Porto Alegre: EdPUCRS, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media.** Universidade Nova de Lisboa, 1999.

VICTOR, Cilene. Sustentabilidade: pauta jornalística ou marketing verde? **in Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: All Print Editora, 2009.